



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

# CONCORRÊNCIA 003/2023

## CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

## OBJETO

CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE DIAMANTINO/MT.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.050.000,00

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

**Dia 15/02/2024 às 09h (horário local)**

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

TÉCNICA E PREÇO

## MODO DE DISPUTA:

FECHADO

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

**SIM**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

### EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 003/2023

LEI 14.133/2021 e LEI 12.232/2010

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 1.786/2023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO/MT**, com sede na Av. Desembargador Joaquim P. F. Mendes, nº 2287, Jardim Eldorado - CEP: 78.400- 000, Diamantino – MT, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela Portaria nº 544/2022, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **09h00min** (Horário Oficial de Diamantino – MT), do dia **15/02/2024**, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, sito na Av. Desembargador Joaquim P. F. Mendes, nº 2287 – Jardim Eldorado, Diamantino-MT, a abertura da CONCORRÊNCIA PÚBLICA em epígrafe, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e em seus anexos.

Este edital e seus anexos poderão ser obtidos junto à Prefeitura Municipal de Diamantino - MT, endereço rodapé, durante o horário de expediente, ou através do telefone: (65) 3336- 6423.

#### 1. OBJETO, VALOR, LOCAL E DATA E DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE DIAMANTINO/MT**, visando a prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, a compra de mídia e a distribuição de publicidade, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de promover os serviços, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral.

1.1.1. Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação e as Propostas Técnicas e de Preços deverão ser entregues na **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO** (conforme endereço supra), no **SETOR DE LICITAÇÕES**, ATÉ AS **09H00MIN HORAS (HORÁRIO LOCAL), DO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2024**, quando serão abertos os envelopes, das empresas participantes que atendam às exigências do edital e seus anexos.

1.2. O valor estimado da contratação é **de R\$ 1.050.000,00 (um milhão e cinquenta mil reais)**, nos termos do artigo art. 24 da Lei 14.133/2021, em conformidade com a justificativa presente no Termo de Referência.

1.2.1. As despesas para execução do objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA	DOTAÇÃO	CÓD. REDUZIDO
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	12.001.13.392.0124.20302.3390.39.00.00.1500000000	828
	12.001.13.392.0124.20302.3390.39.00.00.2701000000	854

1.3. Os prazos de execução e de vigência do contrato são aqueles definidos no item **1.3** do Termo de Referência (**Anexo 1**).

1.4. A contratação deverá ocorrer na modalidade de **CONCORRÊNCIA** e com critério de julgamento **TÉCNICA E PREÇO**.

#### 2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021 e subsidiariamente pela Lei 12.232/2010 e será conduzida por Comissão de Contratação devidamente nomeado pela portaria **122/2023**.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

2.3. A utilização em sua forma presencial se justifica uma vez que o Município de Diamantino ainda finalizou os trâmites para inclusão das suas licitações em sistema eletrônico, além da evidente necessidade de capacitação da equipe de contratação para operacionalização dos novos sistemas aprovados em decorrência das novas obrigações que surgiram juntamente da Lei 14.133/2021, nos termos do § 2º do artigo 17 da referida Lei.

2.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser solicitados em até 3 (três) dias úteis anteriores a data de abertura do certame através de e-mail para o endereço eletrônico: [licitacao@diamantino.mt.gov.br](mailto:licitacao@diamantino.mt.gov.br) em horário comercial das 08:00hs às 17:00hs, indicando no preâmbulo da mensagem o CNPJ, Razão Social, número do Edital e nome do representante solicitante, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física e disponibilizar as informações (endereço completo, telefone e e-mail) para envio de resposta.

2.5. O Agente de Contratação publicará na página eletrônica da Prefeitura Municipal de Diamantino/MT (<https://www.diamantino.mt.gov.br>), as respostas aos questionamentos, avisos e comunicações pertinentes ao certame, cabendo ao interessado manter o acompanhamento diário quanto as atualizações das informações.

2.6. Durante a fase de abertura da sessão pública no dia, horário e local indicados no preâmbulo deste edital, conduzida pelo Agente de Contratação, as empresas que participarem da licitação deverão entregar todos os envelopes de uma vez, juntamente das declarações complementares, com exceção do envelope nº 5.

**ENVELOPE Nº. 1 – PROPOSTA TÉCNICA:** Via NÃO IDENTIFICADA do Plano de Comunicação Publicitária.

**ENVELOPE Nº. 2 – PROPOSTA TÉCNICA:** Via IDENTIFICADA do Plano de Comunicação Publicitária.

**ENVELOPE Nº. 3 – PROPOSTA TÉCNICA:** Conjunto de Informações do Proponente.

**ENVELOPE Nº. 4 – PROPOSTA DE PREÇOS:** Deve conter a proposta de preços da licitante.

**ENVELOPE Nº. 5 – HABILITAÇÃO:** Documentos que compõem a habilitação da licitante.

2.6.1. O INVÓLUCRO que será utilizado para apresentação do ENVELOPE Nº. 1 deverá ser retirado na sede da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO DE DIAMANTINO/MT e, no ato da apresentação, não poderá, sob pena de desclassificação, apresentar qualquer marca, escrita ou sinal que identifique a licitante.

2.6.2. O ENVELOPE Nº. 2 deverá conter as mesmas informações do envelope nº. 1, com exceção das mídias que compõem a ideia criativa da proposta, conforme item 8.7.4 do Termo de Referência.

2.6.3. O ENVELOPE Nº. 3 deverá conter as informações que caracterizem a empresa contratada, conforme item 8.7.10 do Termo de Referência.

2.6.3. O ENVELOPE Nº. 4 e Nº. 5 deverão ser entregues de acordo com as condições estabelecidas neste edital.

**2.6.5. O ENVELOPE Nº 5 – HABILITAÇÃO deverá ser exigido apenas do licitante mais bem classificado, após a fase de julgamento das propostas.**

2.7. Os envelopes de habilitação dos licitantes desclassificados serão devolvidos ao término da licitação.

2.8. O presente Edital se submete integralmente ao disposto nos Artigos 42, 43, 44, 45 e 46 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, assegurando o direito de prioridade para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, no critério do desempate, quando verificado ao final da pontuação, na forma do art. 60º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

2.9. Será concedida vistas de toda a documentação apresentada, de maneira individual, para cada um dos licitantes.

### **3. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO**

#### **PARTICIPANTES**

3.1. Poderão participar do certame todos os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável.

#### **VEDAÇÕES**

3.2. Não poderão participar da presente licitação pessoas físicas ou jurídicas que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso com o Município de Diamantino/MT ou que estejam diretas ou indiretamente nas condições previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.3.1. Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.3.2. Que tenham sido proibidas de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

3.3.3. Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

3.3.4. Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública em qualquer das esferas da Administração Pública Brasil.

3.3.5. Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V.

3.4. Não será admitida a participação de empresas em consórcio.

3.5. Os interessados se farão representar na reunião licitatória de recebimento dos envelopes, por seus representantes legais, por meio de documento que comprove seus poderes, ou procurador bastante, munido de instrumento procuratório conferindo-lhe poderes para prática de todos os atos referentes ao processo;

3.6. Os documentos acima referidos deverão estar acompanhados de documento legível de identificação pessoal com fotografia para verificação no ato e deverão estar fora dos Envelopes;

3.7. É dispensável a procuração, na hipótese da empresa concorrente se fazer representar pelo próprio titular, no caso de firma individual, ou por sócio com poderes para representá-la, na licitação, através do Ato Constitutivo;

3.8. Uma mesma pessoa não poderá representar mais de uma empresa;

3.9. As empresas que não se fizerem representar ou que seus representantes não portem documentos que os credencie e/ou os identifiquem, não terão participação ativa durante a reunião, ou seja, não poderão assinar, rubricar documentos, apresentar impugnações, pedido de reconsideração ou recurso, quanto aos



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

atos formais da Comissão, que só poderão ser interpostos dentro das fases correspondentes, sob pena de preclusão.

### 4. DAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE E DAS DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

#### DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

4.1. Os licitantes deverão apresentar, fora dos envelopes de proposta e de habilitação, em conformidade com o modelo em **ANEXO III**, as seguintes declarações complementares:

- a) Declaração de pleno cumprimento dos requisitos de habilitação;
- b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
- c) Declaração de inexistência de fatos impeditivos
- d) Declaração de Ausência de Vínculo;
- e) Declaração de Idoneidade;
- f) está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal.
- g) cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho; e atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

4.1.3. Declaração de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, se for o caso;

#### ENVELOPE Nº. 4 – PROPOSTA DE PREÇOS

4.2. O ENVELOPE Nº 4 – PROPOSTA DE PREÇOS deverá ser apresentado em envelope opaco, fechados e indevassável, rubricados no fecho e contendo em sua parte externa a identificação do licitante (razão social e CNPJ), a referência ao Município de Diamantino/MT e o número deste Edital, conforme o exemplo:

**ENVELOPE Nº 4 – PROPOSTA  
CONCORRÊNCIA nº 03/2023  
DIAMANTINO/MT  
(RAZÃO SOCIAL e CNPJ)**

4.3. O ENVELOPE Nº 4 – PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter os seguintes documentos, todos assinados pelo representante legal do licitante ou por seu procurador, juntando-se cópia do respectivo instrumento de procuração:

4.3.1. Proposta de preço, conforme o modelo do **ANEXO A**, redigida em língua portuguesa (salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente), com página numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas contendo os seguintes elementos:

- a) Nome, endereço e CNPJ do licitante;
- b) Descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação;
- c) Preço total para a execução do objeto, em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.

4.3.2. Declaração, em conformidade com o modelo do **ANEXO A**, de que os preços incluem todos os Custos Diretos (CD) e Benefícios e Despesas Indireta (BDI) que se refiram ao objeto licitado, tais como: materiais e



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

mão-de-obra; serviços de terceiros aplicados à própria obra ou em atividade de apoio (p.e. vigilância e transporte); margem de lucro da proponente, locações de máquinas, equipamentos ou de imóveis e instalações auxiliares à obra; tarifas de água, energia elétrica e telecomunicações; seguros, legal ou contratualmente exigidos; encargos sociais e trabalhistas; tributos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a atividade econômica ou a obra em si; multas aplicadas pela inobservância de normas e regulamentos; alojamentos e alimentação; vestuário e ferramentas; equipamentos de proteção individual e de segurança; depreciações e amortizações; despesas administrativas e de escritório; acompanhamento topográfico da obra; testes laboratoriais ou outros exigíveis por norma técnica, entre outros.

4.3.3. Declaração, em conformidade com o modelo do **ANEXO A**, afirmando que a proposta foi elaborada de maneira independente e que o licitante conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

4.4. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir do último dia previsto para o recebimento dos envelopes.

4.4.1. Antes de expirar a validade original da proposta, o Agente de Contratação ou a Comissão de Contratação poderá solicitar à proponente que declare a sua intenção de prorrogar o prazo previsto no item anterior. As respostas se farão por escrito, preferencialmente por meio eletrônico.

4.4.2. Não será admitida a modificação da proposta pelo licitante que aceitar prorrogar a sua validade.

### **ENVELOPE Nº. 2 – PROPOSTA TÉCNICA**

4.5. Os envelopes identificados da proposta técnica deverão ser entregues em envelope opaco, fechados e indevassável, rubricados no fecho e contendo em sua parte externa a identificação do licitante (razão social e CNPJ), a referência ao Município de Diamantino/MT e o número deste Edital, conforme o exemplo:

**ENVELOPE Nº 3 – PROPOSTA TÉCNICA: VIA IDENTIFICADA DO PLANO DE MÍDIA  
CONCORRÊNCIA nº 03/2023  
DIAMANTINO/MT  
(RAZÃO SOCIAL e CNPJ)**

**ENVELOPE Nº 4 – PROPOSTA TÉCNICA: CONJUNTO DE INFORMAÇÕES DO PROPONENTE  
CONCORRÊNCIA nº 03/2023  
DIAMANTINO/MT  
(RAZÃO SOCIAL e CNPJ)**

4.6. Os documentos constantes das propostas técnicas deverão ser apresentados de acordo com as disposições do Termo de Referências, em especial de acordo com item 8.7 em diante.

### **5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. O **ENVELOPE Nº 5 – HABILITAÇÃO** deverá ser apresentado em envelope opaco, fechados e indevassável, rubricados no fecho e contendo em sua parte externa a identificação do licitante (razão social e CNPJ), a referência ao Município de Diamantino/MT e o número deste Edital, conforme o exemplo:

**ENVELOPE Nº 5 – HABILITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA nº 03/2023  
DIAMANTINO/MT**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

**(RAZÃO SOCIAL e CNPJ)**

5.2. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO serão analisados apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do inciso II, artigo 63 da lei federal 14.133 e item 7 deste edital, devendo ser apresentado os seguintes documentos:

**5.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;
- b) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- c) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**5.2.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF – FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

**5.2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

5.2.3.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

a) Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

5.2.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

- a) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

5.2.3.3. A comprovação da boa situação financeira da empresa a que se refere o subitem 5.2.3.2. será avaliada de forma objetiva pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um).

5.2.3.4. Comprovação que possui capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor da proposta inicial.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

#### **5.2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

5.2.4.1. Apresentar cópia autenticada do **CERTIFICADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** de funcionamento de que trata a Lei nº 12.232/2010, art. 4º e seu § 1º, obtido perante o **CONSELHO EXECUTIVO DAS NORMAS-PADRÃO (CENP)**.

5.2.4.2. **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste que a licitante prestou à declarante serviços compatíveis com os do objeto desta concorrência.

5.2.4.8. Sob pena de inabilitação, todas as empresas deverão apresentar **CERTIDÃO DE VISITA TÉCNICA**, conforme modelo do **ANEXO V** ou **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA**, conforme modelo do **ANEXO VI**.

- a) A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais, avaliar a quantidade e a natureza dos trabalhos, materiais e equipamentos necessários à execução do objeto da licitação, permitindo aos interessados colher as informações e subsídios que julgarem necessários para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração do Município nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.
- b) Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. As visitas devem ser previamente agendadas através do e-mail [licitacao@diamantino.mt.gov.br](mailto:licitacao@diamantino.mt.gov.br) e poderão ser realizadas até o dia útil imediatamente anterior à sessão pública.
- c) Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.
- d) As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local em que serão prestados os serviços deverão ser previamente autorizados pela Administração Municipal.
- e) O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto da contratação.
- f) O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada, conforme o modelo constante do ANEXO VI do Edital.
- g) Cada empresa interessada poderá participar da visita com, no máximo, 02 (dois) representantes legais, procuradores ou prepostos com poderes específicos ou representantes necessariamente por ela credenciados.

5.3. Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em envelope lacrado, em original, em cópia autenticada ou em cópia simples que, à vista do original, será autenticada por membro da Comissão de Contratação na própria sessão pública.

5.4. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, o Agente de Contratação aceitará como válidas as expedidas até 180 (cento e oitenta) dias imediatamente anteriores à data da sessão pública para entrega dos envelopes e declarações complementares.

5.5. Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial do licitante, os documentos exigidos no item 5 **PODERÃO** ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

5.6. O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **6. SESSÃO PÚBLICA DE ENTREGA DO ENVELOPES E DECLARAÇÕES**

6.1. No local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, a Comissão de Contratação instalará a sessão pública para receber os envelopes listados no item 2.6 e as declarações complementares a que se refere o subitem 4.1, e, na sequência, procederá ao credenciamento dos representantes dos licitantes.

6.2. O licitante poderá apresentar-se à sessão pública por intermédio de seu representante legal ou de pessoa devidamente credenciada, mediante procuração com poderes específicos para intervir em qualquer fase do procedimento licitatório, inclusive para interpor recursos ou desistir de sua interposição.

6.3. Os representantes deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação, acompanhado do contrato social ou estatuto em vigor, do ato de designação dos dirigentes e do instrumento de procuração, quando for o caso, e outros documentos eventualmente necessários para a verificação dos poderes do outorgante e do mandatário.

6.4. É vedada a representação de mais de um licitante por uma mesma pessoa.

6.5. A sessão será pública e aberta e poderá ser assistida por qualquer pessoa, mas somente será admitida a manifestação dos representantes devidamente credenciados pela Comissão de Contratação, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas, que causem tumultos ou perturbem o bom andamento dos trabalhos.

6.6. A entrega dos envelopes à Comissão de Contratação da Licitação implica na aceitação, pelo licitante, de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital, bem como implica a obrigatoriedade de manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, obrigando-se o licitante a declarar, sob as penas da lei, superveniência de fato impeditivo a participação, quando for o caso.

6.7. Iniciada a abertura do primeiro envelope estará encerrada a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

6.8. O modo disputa dos preços será fechado. Isto é, não haverá lances.

6.9. Após o credenciamento dos presentes, a Comissão de Contratação realizará os procedimentos previstos no art. 11 da Lei 12.232/2010. Os invólucros com as propostas técnicas e de preços serão entregues à comissão permanente ou especial na data, local e horário determinados no instrumento convocatório.

§ 1º Os integrantes da banca julgadora (subcomissão técnica) não poderão participar da sessão de recebimento e abertura dos invólucros com as propostas técnicas e de preços.

§ 2º Os invólucros padronizados com a via não identificada do plano de comunicação publicitária só serão recebidos pela comissão permanente ou especial se não apresentarem marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento capaz de identificar a licitante.

§ 3º A comissão de Contratação não lançará nenhum código, sinal ou marca nos invólucros padronizados nem nos documentos que compõem a via não identificada do plano de comunicação publicitária.

§ 4º O processamento e o julgamento da licitação obedecerão ao seguinte procedimento:

I - Encaminhamento dos envelopes Nº 1 (VIA NÃO IDENTIFICADA) e Nº. 3 (CONJUNTO DE INFORMAÇÕES DO PROPONENTE) à banca julgadora (subcomissão técnica) para análise e julgamento;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

II - Abertura dos envelopes Nº 1 (VIA NÃO IDENTIFICADA) e Nº. 3 (CONJUNTO DE INFORMAÇÕES DO PROPONENTE).

III - Análise individualizada e julgamento do plano de comunicação publicitária, desclassificando-se as que desatenderem as exigências legais ou estabelecidas no instrumento convocatório, observado o disposto no inciso XIV do art. 6º da Lei 12.232/2010;

IV - Elaboração de ata de julgamento do plano de comunicação publicitária e encaminhamento à comissão permanente ou especial, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso;

V - análise individualizada e julgamento dos quesitos referentes às informações de que trata o art. 8º desta Lei, desclassificando-se as que desatenderem quaisquer das exigências legais ou estabelecidas no instrumento convocatório, em especial pelos itens **8.7 e 8.8 do Termo de Referência**;

VI - elaboração de ata de julgamento dos quesitos mencionados no inciso V deste artigo e encaminhamento à comissão permanente ou especial, juntamente com as propostas, as planilhas com as pontuações e a justificativa escrita das razões que as fundamentaram em cada caso;

VII - realização de sessão pública para apuração do resultado geral das propostas técnicas, com os seguintes procedimentos:

- a) abertura dos invólucros com a via identificada do plano de comunicação publicitária;
- b) cotejo entre as vias identificadas e não identificadas do plano de comunicação publicitária, para identificação de sua autoria;
- c) elaboração de planilha geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de cada proposta técnica;
- d) proclamação do resultado do julgamento geral da proposta técnica, registrando-se em ata as propostas desclassificadas e a ordem de classificação;

VIII - publicação do resultado do julgamento da proposta técnica, com a indicação dos proponentes desclassificados e da ordem de classificação organizada pelo nome dos licitantes, abrindo-se prazo para interposição de recurso;

IX - abertura dos envelopes com as propostas de preços, em sessão pública e valoração de acordo com os critérios estabelecidos nos itens **9 e 10 do Termo de Referência**.

X - publicação do resultado do julgamento final das propostas, abrindo-se prazo para interposição de recurso;

XI - convocação do licitante mais bem classificado no julgamento final das propostas para apresentação dos documentos de habilitação; Caso seja considerado inabilitado, os demais licitantes serão convocados segundo a ordem de classificação.

XII - recebimento e abertura do invólucro com os documentos de habilitação dos licitantes previstos no inciso XI deste artigo, em sessão pública, para análise da sua conformidade com as condições estabelecidas na legislação em vigor e no instrumento convocatório;

XIII - decisão quanto à habilitação ou inabilitação dos licitantes previstos no inciso XI deste artigo e abertura do prazo para interposição de recurso;

XIV - reconhecida a habilitação dos licitantes, na forma dos incisos XI, XII e XIII deste artigo, será homologado o procedimento e adjudicado o objeto licitado, observado o disposto no § 3º do art. 2º da Lei 12.232/2010.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

Art. 12. O descumprimento, por parte de agente do órgão ou entidade responsável pela licitação, dos dispositivos da Lei 12.232/2010 destinados a garantir o julgamento do plano de comunicação publicitária sem o conhecimento de sua autoria, até a abertura dos invólucros de que trata a alínea a do inciso VII do § 4º do art. 11 desta Lei, implicará a anulação do certame, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa, civil ou criminal dos envolvidos na irregularidade.

### 7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

7.1. Fica vedada a celebração de termos aditivos ao contrato, de prazo ou de valor, exceto se verificada uma das seguintes hipóteses:

7.1.1. Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, devido a caso fortuito ou força maior.

7.1.2. Por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de risco ANEXO R como de responsabilidade da Contratante.

### 8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O critério de julgamento por **TÉCNICA E PREÇO** considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no Edital, com base nos critérios delineados neste termo, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

8.2. Os quesitos da pontuação de técnica e de preço a ser atribuída a cada proposta, graduando as notas que serão conferidas a cada item, na proporção de 60% (sessenta por cento) de valoração para a proposta de técnica e de 40% (quarenta por cento) de valoração para a proposta de preços.

### BANCA JULGADORA (SUBCOMISSÃO TÉCNICA)

8.3. Os quesitos de natureza qualitativa da proposta de técnica de que trata o art. 27 da Lei 14.133/2021 serão analisados por banca, composta de, no mínimo, 3 (três) membros, que preencham os seguintes requisitos:

I - servidores efetivos ou empregados públicos pertencentes aos quadros permanentes da Administração Pública com formação na área de publicidade e propaganda ou marketing; ou

II - profissionais contratados por conhecimento técnico, experiência ou renome na avaliação dos quesitos especificados em edital, desde que seus trabalhos sejam supervisionados por profissionais designados conforme o disposto no art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo primeiro: pelo menos 1/3 da banca será formada por avaliadores que não detenham qualquer vínculo com o órgão contratante.

Parágrafo segundo: os procedimentos para nomeação da banca será o determinado no art. 10 da Lei 12.232/2010.

### Quesitos de pontuação da proposta de técnica

8.7.1. A proposta técnica deverá ser apresentada em 3 (três) invólucros distintos, destinados um para a **via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária (Envelope 1)**, um para a **via identificada do Plano de Comunicação Publicitária (Envelope 2)** e outro para o **Conjunto de Informações do Proponente (Envelope 3)**, integrantes da proposta técnica que consistirá de um conjunto de textos e anexos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

**8.7.2. As vias não identificadas (envelope 1) e identificadas (envelope 2)** do Plano de Comunicação Publicitária deverão ser apresentadas seguindo formatação padrão, a saber:

a) Papel formato A4, com 75 a 90 gr/m<sup>3</sup>, na cor branca; encadernação espiral na cor preta; capa transparente e contracapa na cor preta.

b) Fonte Arial e suas variações de formatação (normal, negrito, itálico, sublinhado); corpo 12; cor preta; alinhamento justificado; espaçamento entre linhas 1,5; espaçamento de parágrafos 6 pontos (antes e depois); margens de Página em configuração Normal (Superior: 2,5 cm / Inferior: 2,5 cm / Esquerda: 3 cm / Direita: 3 cm).

c) Sem numeração de linhas; com numeração de página no canto inferior direito em fonte Arial, corpo 9, cor preta.

**8.7.3.** Os textos, no total, não poderão exceder a 15 (quinze) laudas com no máximo 30 (trinta) linhas cada uma. Os anexos, para cada tópico que os admita, não serão em número superior a 05 (cinco).

**8.7.4. O Envelope 1**, reservado à via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária da Proposta Técnica, será concedido pela Secretaria Municipal Cultura e Turismo, em formato padrão e com as informações devidamente impressas, uma vez que não deve conter informações que identifiquem o licitante, em data e local especificados pelo edital.

**8.7.5. O Envelope 2**, reservado à via identificada do Plano de Comunicação Publicitária, terá material de mesmo teor da via não identificada – Envelope A, sem os exemplos de peças referentes à “Ideia Criativa”, com formato a critério da empresa participante, apresentando em seu exterior a devida identificação conforme modelo constante deste Termo de Referência.

**8.7.6. A licitante**, através dos seus representantes legais devidamente credenciados, **deverá retirar junto à Secretaria de Cultura e Turismo**, em data, local e horário determinados no edital, **o invólucro padronizado destinado à apresentação da via não identificada do Plano de Comunicação Publicitária.**

**8.7.7.** A via identificada do Plano de Comunicação Publicitária deverá ter encadernação em mesma formatação e teor da via não identificada, sem a anexação das peças referentes à ideia criativa.

**8.7.8.** Para efeito de avaliação nesta fase, a licitante deverá apresentar uma campanha simulada sobre o tema hipotético, conforme “Briefing” no Anexo B.1, contendo Plano de Comunicação Publicitária e o Conjunto de Informações do Proponente.

**8.7.9. O Plano de Comunicação Publicitária versará sobre os seguintes quesitos, a serem apresentados na ordem abaixo determinada:**

**8.7.9.1. Raciocínio Básico:** Constituído de texto, em que a licitante deve expressar seu entendimento sobre a Prefeitura Municipal de Diamantino, suas linhas de atuação e suas necessidades de comunicação.

**8.7.9.2. Estratégia de Comunicação Publicitária:** Constituída de texto em que a licitante exporá o conceito e o partido temático que, de acordo com seu raciocínio básico, devem fundamentar a comunicação da Prefeitura Municipal de Diamantino, defendendo essa opção, examinando e descartando conceitos alternativos.

**8.7.9.3. Ideia Criativa:** Apresentação em forma de texto da síntese da estratégia de comunicação publicitária, expressa sob a forma de uma redução de mensagem, que pode ou não assumir a forma de um slogan, que constitua uma proposta de solução para o problema específico de comunicação. A ideia criativa deverá ser acompanhada de anexos, sendo estes exemplos de peças que a corporifiquem objetivamente, apresentados sob a forma de roteiros e textos digitados, limitados a um para cada tipo de peça, em número máximo de 05



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

(cinco) anexos, podendo ser anexados “layouts”, “storyboards”, “monstro de rádio”, “monstro de VT”, inclusive para peças de internet, etc.

a) As peças da Ideia Criativa, constantes do Envelope A deverão ser impressas em formato a critério da agência, e obrigatoriamente afixadas sobre pranchas avulsas de papel formato A3, na cor preta do lado em que as peças serão coladas, entre 200 a 500 gr/m<sup>2</sup>, sem encadernação, sem capa ou película protetora, em tamanho e formato que permitam sua anexação ao envelope sem danificação, rasura ou alteração do mesmo ou das próprias peças.

b) Qualquer peça de mídia eletrônica (monstros de TV, rádio e peças para internet, dentre outros) deverá ser gravada em pendrive, armazenado em estojo, com texto que especifique o tipo de peça (fonte Arial, cor preta, corpo 10) conforme exemplo abaixo:

**PROPOSTA TÉCNICA PARA AVALIAÇÃO DA IDEIA CRIATIVA – MÍDIA ELETRÔNICA PEÇA:  
MONSTRO RÁDIO CONCORRÊNCIA Nº 007/2023**

c) O mesmo texto deverá ser impresso e afixada sobre o pendrive.

d) Os arquivos gravados em pendrive deverão ser nominados conforme a peça que representam. Ex: “monstro\_radio.mp3”; “monstro\_TV.mp4”. Arquivos de áudio devem ser gravados no formato MP3; e de vídeo no formato MP4.

8.7.9.4. Estratégia de Mídia: De acordo com as informações do briefing e com a verba colocada como referencial para a campanha publicitária, a licitante deverá demonstrar através de textos:

- A capacidade para atingir e sensibilizar os principais públicos da campanha, permitida a inclusão de tabelas.
- A simulação de plano de distribuição das peças de que trata o quesito Ideia Criativa, acompanhada de texto em que se explicitem e justifiquem as premissas.
- A utilização dos recursos mediante apresentação da distribuição percentual da verba disponível, nas rubricas de estudo e pesquisa, produção e veiculação, justificando a aplicação.

8.7.9.5. Tabelas de simulação do plano de distribuição das peças serão consideradas como anexo único.

8.7.9.6. A licitante quando da elaboração da simulação do plano de mídia e bem como nos custos de produção, de que trata o quesito Ideia Criativa, obrigatoriamente, deverá utilizar como base para a proposta técnica os valores dos custos de criação, produção e veiculação das respectivas tabelas (valor cheio), sem considerar os percentuais que serão ofertados nas respectivas propostas de preço.

8.7.9.7. Poderá ser apresentado um único pendrive com todas as peças da ideia criativa produzidas pela empresa licitante para o atendimento do briefing.

**8.7.10 O Conjunto de Informações do Proponente – Envelope 3 versará sobre os seguintes quesitos, a serem apresentados na ordem abaixo determinada:**

8.7.10.1. Capacidade de Atendimento: Tanto geral, considerando-se a totalidade dos setores da licitante, quanto específica, no que diz respeito ao setor de atendimento propriamente dito.

I - Sob a forma de TEXTO, a licitante apresentará:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

a) Capacidade de atendimento, discriminando-se as obrigações a serem cumpridas pelo setor de atendimento da licitante, na execução do contrato, incluídos os prazos a serem cumpridos em condições normais de trabalho para a criação de peça avulsa ou campanha e a elaboração de plano de mídia.

b) As informações de comunicação a serem colocadas regularmente à disposição do CONTRATANTE, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato.

II - Sob a forma de ANEXO, a licitante apresentará:

a) Quantificação e qualificação do perfil dos profissionais, nominal ou não, que serão postos à disposição da linha de atuação, de maneira discriminada, por setor da licitante (estudo e pesquisa, planejamento, criação, produção de rádio, cinema e televisão, produção gráfica, mídia, redes sociais e atendimento), devendo a licitante indicar, caso a caso, quantos profissionais de cada nível servirão à linha de atuação.

b) As instalações, a infraestrutura e os recursos materiais disponíveis atualmente ou a ser contratados.

c) 02 (dois) atestados fornecidos por Veículos e 02 (dois) atestados fornecidos por Fornecedores, comprovando a pontualidade da licitante no atendimento às obrigações por ela assumidas.

8.7.10.2. Repertório: Sob a forma de texto que indique o desempenho do proponente na prestação de serviços publicitários a outros clientes, tanto do setor público quanto do setor privado, acompanhado de reprodução de peças, em número máximo de 03 (três) filmes de TV, 03 (três) spots de rádio, 03 (três) anúncios de jornal, 03 (três) anúncios de revista e até 03 (três) peças de "mídia exterior", com as respectivas fichas técnicas e apresentação sucinta do problema que a peça se propôs a resolver.

8.7.10.2.1. Cada peça deverá conter ficha técnica com a identificação da licitante, data de produção, relação dos profissionais envolvidos no trabalho, período de veiculação e a indicação de pelo menos 02 (dois) veículos que a divulgaram.

8.7.10.2.2. Não serão aceitos trabalhos que configurem apresentação de materiais especulativos, condenados pela Legislação da Propaganda, nem mesmo a título de exemplo ou sugestão.

8.7.10.3. Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação: Apresentar até 03 (três) "cases stories", sob forma de texto descritivo dos problemas enfrentados, das soluções encontradas e dos resultados alcançados. Os "cases" deverão ser endossados pelos respectivos anunciantes, permitida a inclusão de até 05 (cinco) peças de qualquer tipo para cada relato.

8.7.10.4. O conjunto de textos referente ao Conjunto de Informações do Proponente não poderá exceder o total de 10 (dez) laudas, com no máximo 30 (trinta) linhas cada.

8.7.10.5. Experiência Técnica de Comunicação: Apresentar, sob a forma de texto ou peça gráfica, para cada um dos subquestitos estabelecidos, como forma de comprovar a experiência, os estudos e informações solicitadas.

8.7.10.6. Tanto para o item Repertório quanto para o item Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação somente serão aceitas como válidas peças e campanhas de comunicação desenvolvidas e veiculadas de 2018 até a presente data.

8.7.11. É proibido constar do envelope C, reservado ao Conjunto de Informações do Proponente, assim como dos documentos nele contidos, qualquer informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que se refira à Proposta Técnica e que desta maneira identifique a autoria da mesma, sendo passível de desclassificação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)**8.8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS**

8.8.1 A Banca Julgadora analisará as Propostas Técnicas das licitantes quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

8.8.2 A nota da Proposta Técnica está limitada ao máximo de 100 (cem) pontos e será apurada segundo a metodologia a seguir:

**Plano de Comunicação Publicitária: 65 (sessenta e cinco) pontos a serem distribuídos conforme abaixo:**

Plano De Comunicação Publicitária		Máximo de pontos
Quesito: Raciocínio Básico		
A	Acuidade da compreensão das características do município de Diamantino e das atividades que sejam significativas para a comunicação publicitária.	3 pontos
B	Acuidade da compreensão do problema específico de comunicação da Prefeitura de Diamantino.	2 pontos
C	Acuidade da compreensão das necessidades de comunicação da Prefeitura de Diamantino para enfrentar esse problema.	2 pontos
D	Acuidade da compreensão da natureza, da extensão e da qualidade das relações da Prefeitura de Diamantino com seus públicos.	2 pontos
E	Acuidade da compreensão do papel da Prefeitura de Diamantino no atual contexto social, político e econômico.	1 ponto
Pontuação máxima		10 pontos

Plano De Comunicação Publicitária		Máximo de pontos
Quesito: Estratégia de Comunicação Publicitária		
A	Adequação do partido temático e do conceito propostos à natureza e qualificação da Prefeitura de Diamantino e a sua comunicação e/ou seu problema específico de comunicação.	3 pontos
B	Consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do partido temático e do conceito propostos.	2 pontos
C	A riqueza de desdobramentos positivos desse conceito para a comunicação da Prefeitura de Diamantino com seus públicos.	2 pontos
D	Adequação e a exequibilidade da estratégia de comunicação publicitária proposta para a solução do problema específico de comunicação da Prefeitura de Diamantino.	1 ponto
E	A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa da estratégia de comunicação publicitária proposta.	1 ponto
F	A capacidade de articular os conhecimentos sobre a Prefeitura de Diamantino, o mercado no qual se insere, seu problema específico de comunicação, seus públicos e o objetivo específico de comunicação previsto no Briefing e a verba disponível.	1 ponto
Pontuação máxima		10 pontos

Plano De Comunicação Publicitária	Máximo de pontos
-----------------------------------	------------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

<b>Quesito: Ideia Criativa</b>		
A	Adequação ao problema específico de comunicação da Prefeitura de Diamantino.	4 pontos
B	Adequação à estratégia de comunicação publicitária sugerida pela licitante.	4 pontos
C	Originalidade da combinação dos elementos que a constituem.	4 pontos
D	Simplicidade da forma sob a qual se apresenta.	3 pontos
E	Multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta.	3 pontos
F	Adequação ao universo cultural dos segmentos de público-alvo.	3 pontos
G	Pertinência às atividades da Prefeitura de Diamantino e à sua inserção nos contextos social, político e econômico.	3 pontos
H	Desdobramentos comunicativos que enseja, conforme demonstrado nos exemplos de peças apresentadas.	2 pontos
I	Compatibilização da linguagem das peças aos meios e aos públicos propostos.	2 pontos
J	Exequibilidade das peças.	2 pontos
<b>Pontuação máxima</b>		<b>30 pontos</b>

<b>Plano De Comunicação Publicitária</b>		
<b>Quesito: Estratégia de Mídia e Não Mídia</b>		<b>Máximo de pontos</b>
A	Conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de público prioritários.	3 pontos
B	Capacidade analítica evidenciada no exame desses hábitos.	2 pontos
C	Consistência do plano simulado de distribuição das peças em relação aos subquesitos anteriores (A e B).	2 pontos
D	Economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição de peças.	2 pontos
E	Criatividade e inovação nas soluções de mídia e não mídia para atingir os objetivos de comunicação.	2 pontos
F	Otimização da mídia segmentada, alternativa e de massa.	2 pontos
G	Pertinência, a oportunidade e a economicidade demonstradas no uso dos recursos de comunicação próprios da Prefeitura de Diamantino.	2 pontos
<b>Pontuação máxima</b>		<b>15 pontos</b>

**Conjunto de Informações do Proponente: 35 (trinta e cinco) pontos a serem distribuídos conforme abaixo:**

<b>Conjunto de Informações do Proponente</b>		
<b>Quesito: Capacidade de Atendimento</b>		<b>Máximo de pontos</b>
A	Qualidade e o tempo de experiência dos profissionais da licitante em atividades publicitárias.	5 pontos
B	Adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais que estarão à disposição da execução do contrato.	4 pontos
C	Adequação das qualificações e das quantificações desses profissionais à estratégia de comunicação publicitária da Prefeitura	4 pontos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

	de Diamantino.	
D	Operacionalidade do relacionamento entre a Prefeitura de Diamantino e a licitante, esquematizado na proposta.	1 ponto
E	Relevância e a utilidade das informações de marketing e comunicação, das pesquisas de audiência e da auditoria de circulação e controle de mídia que a licitante colocará regularmente à disposição da Prefeitura de Diamantino, sem ônus adicional, durante a vigência do contrato.	1 ponto
<b>Pontuação máxima</b>		<b>15 pontos</b>

<b>Conjunto de Informações do Proponente</b>		<b>Máximo de pontos</b>
<b>Quesito: Repertório</b>		
A	Pertinência e afinidade do repertório apresentado à necessidade e perfil de comunicação da Prefeitura de Diamantino.	4 pontos
B	Ideia criativa e sua pertinência ao problema que a licitante se propôs a resolver.	4 pontos
C	Qualidade da execução e do acabamento da peça.	4 pontos
D	Clareza e simplicidade da exposição das informações prestadas.	3 pontos
<b>Pontuação máxima</b>		<b>15 pontos</b>

<b>Conjunto de Informações do Proponente</b>		<b>Máximo de pontos</b>
<b>Quesito: Relato de Soluções de Problemas de Comunicação (cases)</b>		
A	Relevância dos resultados apresentados.	2 pontos
B	Clareza e lógica da exposição das informações prestadas.	1 ponto
C	Evidência de planejamento publicitário.	1 ponto
D	Consistência das relações de causa e efeito entre problema e solução.	1 ponto
<b>Pontuação máxima</b>		<b>5 pontos</b>

8.3.1.1 A cada um dos subquesitos do Plano de Comunicação Publicitária e do Conjunto de Informações do Proponente serão atribuídos os pontos ali definidos, pela capacidade de atender ao exigido e pela razão de critério e peso abaixo especificada:

<b>ATENDIMENTO</b>	<b>PONTUAÇÃO</b>
Ótimo	100 % da pontuação do item
Bom	80% da pontuação do item
Regular	60 % da pontuação do item
Não atendeu	10 % da pontuação do item
Não apresentou	0 % da pontuação do item



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

8.8.3.2. A pontuação do quesito corresponderá à média aritmética dos pontos de cada membro da Banca Julgadora.

8.8.3.2.1 A Banca Julgadora reavaliará a pontuação atribuída a um quesito ou subquesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20% (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito ou do subquesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos previstos neste Termo de Referência.

8.8.3.2.2 Persistindo a diferença de pontuação prevista após a reavaliação do quesito ou subquesito, os membros da Banca Julgadora, autores das pontuações consideradas destoantes, deverão registrar em ata as razões que os levaram a manter a pontuação atribuída ao quesito ou subquesito reavaliado, que será assinada por todos os membros da Subcomissão e passará a compor o processo licitatório.

8.8.3.3 A nota de cada licitante corresponderá à soma dos pontos dos quesitos.

8.8.3.4 Será classificada em primeiro lugar, na fase de julgamento da Proposta Técnica, a licitante que obtiver a maior nota.

8.8.4 Será desclassificada a Proposta que:

- a) Não atender às exigências do presente Termo de Referência e de seus anexos;
- b) Não alcançar, no total, a nota mínima de 70 (setenta) pontos;
- c) Obter pontuação zero em quaisquer dos quesitos ou subquesitos a que se referem os subitens acima.

8.8.5 Em caso de empate no resultado geral das propostas técnicas, terá preferência a licitante que, na ordem a seguir, sucessivamente:

- a) Obter a maior nota no quesito Ideia Criativa.
- b) Obter a maior nota no quesito Estratégia de Mídia.
- c) Obter a maior nota no quesito Estratégia de Comunicação Publicitária.
- d) Obter a maior nota no quesito Raciocínio Básico.

8.8.6 Persistindo o empate, a decisão será feita por sorteio em ato público marcado pela Comissão Permanente de Licitação, em data estabelecida e divulgada e para o qual serão convidadas todas as licitantes.

## **9. DA PROPOSTA DE PREÇOS**

9.1 A Proposta de Preços da licitante deverá ser:

- a) apresentada em papel que identifique a licitante, ter suas páginas numeradas sequencialmente e ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras;
- b) datada e assinada por quem detenha poderes de representação da licitante, na forma de seus atos constitutivos, devidamente identificado;
- c) elaborada em dois documentos distintos, descritos nos subitens 9.2 e 9.3.

9.2 A licitante deverá apresentar Planilha de Preços Sujeitos a Valoração, a ser elaborada apenas com as informações constantes da Tabela de Preços do SINAPRO.

9.3 A licitante deverá elaborar Declaração na qual:

- a) estabelecerá os percentuais máximos a serem pagos pela Prefeitura Municipal de Diamantino:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

- a1) aos detentores de direitos patrimoniais sobre trabalhos de arte e outros protegidos pelos direitos de autor e conexos, na reutilização de peças por período igual ao inicialmente ajustado;
- a2) aos detentores dos direitos patrimoniais sobre obras consagradas, incorporadas a peças, em relação ao valor original da cessão desses direitos, na reutilização das peças por período igual ao inicialmente ajustado.
- b) comprometer-se-á a envidar esforços no sentido de obter as melhores condições nas negociações comerciais junto a fornecedores de serviços especializados e veículos, quando for o caso, transferindo à Prefeitura Municipal de Diamantino as vantagens obtidas.
- c) informará estar ciente e de acordo com as disposições alusivas a direitos autorais estabelecidas na cláusula pertinente da minuta de contrato.

9.4 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante e não lhe assistirá o direito de pleitear, na vigência do contrato a ser firmado, nenhuma alteração, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

### 10. DA VALORAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

10.1 As Propostas de Preços das licitantes classificadas no julgamento das Propostas Técnicas serão analisadas quanto ao atendimento das condições estabelecidas no edital e em seus anexos.

10.2 Será desclassificada a Proposta de Preços que apresentar preços baseados em outra Proposta ou que contiver qualquer item condicionante para a entrega dos serviços.

10.3 Os quesitos a serem valorados são os integrantes da Planilha da SINAPRO, ressalvado que, não será aceito:

a) Desconto superior a 50% (cinquenta por cento) **em relação aos preços previstos sobre os custos internos dos serviços executados por esta Licitante, baseados na tabela referencial de preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Mato Grosso**, referentes a peças e ou material cuja distribuição não nos proporcione o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, nos termos do art. 11 da Lei nº 4.680/1965.

10.4 Não incidirá percentual de honorários sobre os custos dos serviços e suprimentos externos orçados junto a fornecedores especializados quando geram veiculação.

10.5 A Comissão Especial de Licitação calculará os pontos de cada quesito a ser valorado, conforme a seguinte tabela:

Desconto/Honorários	Pontos (P)
Percentual de desconto sobre os custos dos serviços previstos na alínea 'a' do subitem 10.3	$P1 = 2 \times \text{Desconto}$

10.5.1 Para efeito de cálculo dos pontos de cada licitante, os termos 'desconto' e 'honorário' serão substituídos nas fórmulas da coluna Pontos pelas respectivas percentagens constantes de sua Planilha de Preços Sujeitos a Valoração, sem o símbolo '%'.

12.5.2 A nota de cada Proposta de Preços corresponderá à soma algébrica dos pontos obtidos nos quesitos como segue: **NP = P1**

10.5.3 A Proposta de Preços que obtiver a maior nota será considerada como a de menor preço.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

10.5.3.1  
empatadas.

Se houver empate, será considerada como de menor preço todas as propostas

## **11. DA NOTA FINAL E RESULTADO DO CERTAME**

11.1. O cálculo da NOTA FINAL (NF) dos proponentes far-se-á de acordo com a média ponderada das valorizações das propostas técnicas e de preço, conforme apresentado a seguir:

$$NF = (6NT + 4NP)/10$$

Onde:

NF= Nota Final

NT= Nota Técnica

NP= Nota de Preço

11.2. Após a análise das propostas técnicas de todas as licitantes, o Agente de Contratações ordenará as propostas em ordem decrescente dos valores das NOTAS FINAIS.

11.3. Observado o disposto no item precedente, o Licitante classificado em primeiro lugar será o que atingir a MAIOR NOTA FINAL.

11.4. Havendo empate entre duas ou mais propostas na NOTA FINAL, será assegurada a preferência, sucessivamente, às:

- a) Empresas de Micro e Pequeno Porte;
- b) Empresas Matogrossenses;

11.5. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

11.6. O Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

11.7. No cálculo da NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA, da PROPOSTA DE PREÇOS e da NOTA FINAL, serão arredondadas até os décimos, consoante a norma da ABNT NBR-5891 – Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

11.8. A comissão de licitação publicará no site oficial o relatório do julgamento referente ao exame da “Proposta Técnica” e “Proposta de Preços” de cada Licitante por meio de Relatório de Julgamento.

11.9. Será considerado vencedor do certame o licitante que, cumprindo todos os requisitos de habilitação e atendendo às demais condições previstas neste Edital e em seus anexos, obtiver a maior NOTA FINAL.

11.10. A adjudicação será realizada pela Comissão de Contratação e homologada pela autoridade competente.

## **12. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

12.1. Os atos praticados pelo Agente e Comissão de Contratação nas diversas fases do presente certame poderão ser impugnados pelos licitantes mediante a interposição de recurso no prazo de três dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, conforme o caso.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

12.1.1. Serão considerados desde logo intimados os licitantes cujos representantes credenciados estiverem presentes na sessão pública em que o resultado for proclamado pelo Agente e/ou Comissão de Contratação, hipótese em que a intimação constará da respectiva ata.

12.1.2. Os recursos devem ser protocolados preferencialmente na sede da Prefeitura, na sala do Departamento de Licitações ou por e-mail, indicando no preâmbulo da mensagem o CNPJ, Razão Social, número do Edital e nome do representante solicitante, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física e disponibilizar as informações (endereço completo, telefone e e-mail) para envio de resposta. 12.1.3. Não serão conhecidos os recursos intempestivos ou que estiverem desacompanhados das respectivas razões de fato e de direito.

12.1.4. A interposição do recurso será comunicada aos demais licitantes através do site da Prefeitura 01 (um) dia após o término do período de razões, os quais poderão apresentar contrarrazões no prazo de três dias úteis.

12.1.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou emitido a decisão, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de três dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informados.

12.1.6. O recurso da decisão que julgar as propostas ou que resolver sobre a habilitação dos licitantes terá efeito suspensivo. A autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos recursos interpostos nos demais casos

### **13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

14.1. Transcorrido o prazo recursal sem interposição de recursos ou, uma vez decididos os recursos interpostos, a Comissão de Contratação encaminhará o procedimento licitatório à autoridade competente para Adjudicação e homologação do resultado do certame, publicando-se os atos no site da Prefeitura e na imprensa oficial.

### **14. CONTRATAÇÃO**

14.1. Após a homologação, a adjudicatária será convocada para assinar o termo de contrato, cuja minuta constitui o ANEXO C deste Edital.

14.1.1. O prazo de comparecimento para a assinatura do termo de contrato será fixado pela Administração no ato de convocação e poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada pela adjudicatária e aceita pela Contratante.

14.1.2. Alternativamente, a critério da Administração, o termo de contrato poderá ser encaminhado para assinatura da adjudicatária mediante correspondência, com aviso de recebimento, ou meio eletrônico, com confirmação de leitura. O termo de contrato deverá ser assinado e devolvido no prazo fixado pela Contratante, a contar da data de seu recebimento.

14.2. **Manutenção das condições de habilitação.** Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista na etapa de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada. Se não for possível a atualização por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista no prazo de dois dias úteis, sob pena de a contratação não se realizar.

14.3. A ausência de assinatura do contrato dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracterizam o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às sanções previstas neste Edital e



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

demais normas pertinentes. Neste caso, a Administração poderá convocar outro licitante para celebrar o contrato, desde que respeitada a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora.

### 15. GARANTIAS

15.1. As contratações decorrentes deste certame serão exigidas a apresentação de **Garantia de Execução**, conforme item 4.3 do Termo de Referência.

### 16. DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

16.1. Conforme art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Lei 14.133/2021 as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. A sanção prevista no inciso I do item 16.2. será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do item 14.1., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

16.5. A sanção prevista no inciso II do item 16.2. será calculada na forma do edital ou do contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei federal 14.133/2021.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

16.6. A sanção prevista no inciso III do item 16.2. será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

16.7. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

16.7.1. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

16.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

16.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

16.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei Federal 14.133/2021 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16.12.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o item 16.12. será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

16.12.2. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

16.12.3. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas. 16.12.4. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste item;
- II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

16.13. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

16.14. As multas e demais sanções, aqui previstas, serão aplicadas sem prejuízo das sanções civis ou penais cabíveis ou de processo administrativo;

## **17. SUBCONTRATAÇÃO**

17.1. Não será permitida subcontratação.

## **18. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO MEDIÇÕES, PAGAMENTOS, CRITÉRIOS DE REAJUSTE E RECEBIMENTO DO OBJETO**

18.1. As condições do modelo de execução do objeto, do modelo de gestão do contrato, das medições e do pagamento, além do recebimento provisório e definitivo do objeto e ainda os critérios de reajuste de valores, quando aplicável, estão previstas no termo de referência, cuja minuta constitui o ANEXO I deste Edital.

## **19. IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

19.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, devendo protocolar a petição, preferencialmente, na sede da Prefeitura, na sala do Departamento de Licitações, localizada no endereço presente no cabeçalho e admitindo-se a impugnação que for enviada em dia e horário úteis, no endereço: [licitacao@diamantino.mt.gov.br](mailto:licitacao@diamantino.mt.gov.br), indicando no preâmbulo da mensagem o CNPJ, Razão Social, número do Edital e nome do representante solicitante, se pessoa jurídica e CPF para pessoa física e disponibilizar as informações (endereço completo, telefone e e-mail) para envio de resposta.

19.2. A impugnação deverá ser protocolada em até três dias antes da data de abertura do certame.

19.3. Decisão. As impugnações serão decididas pelo Agente e/ou Comissão de Contratação em até três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.3.1. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

19.3.2. As respostas serão juntadas ao processo administrativo e ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

19.4. Aceitação tácita. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos.

## **20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

20.1. As despesas decorrentes com o objeto desta CONCORRÊNCIA, correrão às expensas do orçamento, sendo a seguinte dotação orçamentária registrada no item 1.2.1 do Edital.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

### **21. FRAUDE E CORRUPÇÃO**

21.1. Os licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução do objeto, responsabilizando-se pela veracidade das informações e documentações apresentadas no processo, estando sujeitos às sanções previstas na Lei Federal 14.133/2021.

### **22. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

22.1. Conforme o Art. 137 da Lei Federal 14.133/2021, constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I- não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II- desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III- alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV- decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V- caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI- atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII- atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII- razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX- não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

22.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- I - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;
- II - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- III - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- IV - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- V - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

22.3. As hipóteses de extinção a que se referem os incisos II, III e IV do item 22.2. observarão as seguintes disposições:

I - não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

II - assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

22.4. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

22.5. A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

22.6. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo e contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia;

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção; III - pagamento do custo da desmobilização.

22.7. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:

I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - execução da garantia contratual para:

- a) ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- b) pagamento de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- c) pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- d) exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;

IV - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

22.8. A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II do item 22.7. ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

22.8.1. Na hipótese do inciso II do caput do item 23.3, o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário(a) municipal competente.

## **23. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

23.1. Os contratos regidos conforme o art. 124, da Lei Federal 14.133/2021, poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

23.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

23.3. Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do item 23.1 às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

23.4. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal 14.133, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

23.5. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal 14.133/2021 não poderão transfigurar o objeto da contratação.

23.6. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/2021.

23.7. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

23.8. Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

23.9. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

23.10. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório



## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

23.11. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal 14.133/2021.

23.12. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

## 22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

22.2. Os casos omissos serão solucionados pela Comissão de Contratação e Agente de Contratação.

22.3. Será competente o foro da Comarca do Município de Diamantino para dirimir as questões decorrentes desta licitação não resolvidas na esfera administrativa.

22.4. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

22.5. A Administração se reserva o direito de, antes da assinatura do contrato, por despacho motivado, adiar, revogar ou mesmo anular a presente LICITAÇÃO, sem que isso represente motivo para que as empresas pleiteiem qualquer tipo de indenização.

## 23. PARTES INTEGRANTES

23.1. Constituem parte integrante deste Edital:

QUADRO 1 – DOS ANEXOS	
ANEXO	DESCRIÇÃO
<b>ANEXO 1</b>	<b>Termo de Referência</b>
ANEXO A	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO B.1	Briefing
ANEXO B.2	Tabela de Pontuação
ANEXO C	Modelo de Contrato
ANEXO III	Declarações Fora do Envelope de Propostas
ANEXO III.1	Declarações de Enquadramento em Microempresa e EPP
ANEXO V	Modelo de Certidão de Vistoria
ANEXO VI	Modelo de Declaração de Abstenção de Vistoria
ANEXO R	Matriz de Gerenciamento de Riscos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

**NICHOLAS DA COSTA MACHADO**

Agente de Contratação

Secretaria Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Diamantino

Ciente e de acordo. Publique-se.

**EDVALDO CARNAUBA DE AMORIM**

Secretário Municipal de Administração

Prefeitura Municipal de Diamantino



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

( PAPEL TIMBRADO )

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES APRESENTADA FORA DOS ENVELOPES**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**REF. CONCORRÊNCIA 003/2023**

Declaramos, sob as penas da Lei, para todos os fins que

- Cumprimos todos os requisitos de habilitação, nos termos do inciso I do Art. 63 da Lei 14.133/2021.
- Cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do inciso III do Art. 63 da Lei 14.133/2021.
- Em nossas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do § 1º do Art. 63 da Lei 14.133/2021.
- está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal;
- não se enquadra em nenhuma das vedações de participação na licitação deste Edital;
- Está ciente da obrigação de declarar qualquer fato superveniente que vier a causar o impedimento de participar de licitação e de contratar com a Administração Pública.
- cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho;
- atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.
- a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Diamantino, nos cargos de direção, chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos.
- não ter recebido de qualquer outra entidade da Administração direta ou indireta em âmbito Federal, Estadual e Municipal, **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA** de participação em licitação e ou impedimento de contratar com a Administração Pública, assim como não ter recebido **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** para licitar ou contratar com a Administração Federal, Estadual e Municipal.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

**FULANO DE TAL**

Responsável Legal

CPF XXX.XXX.XXX-XX

EMPRESA X

CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

( PAPEL TIMBRADO )

**ANEXO III.1 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EM  
EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**REF. CONCORRÊNCIA 003/2023**

Declaramos para todos os fins que

- Esta empresa se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

**FULANO DE TAL**

Responsável Legal

CPF XXX.XXX.XXX-XX

EMPRESA X

CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX



**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

( PAPEL TIMBRADO )

**ANEXO V - MODELO DE CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**REF. CONCORRÊNCIA 003/2023**

**Certifico** para os devidos fins, que a empresa \_\_\_\_\_, representada pelo representante(s) \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade \_\_\_\_\_, compareceu no local aonde serão realizados os serviço\_\_\_\_\_.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Nome completo,  
Assinatura  
Cargo do servidor  
do Município responsável por acompanhar a visita

\_\_\_\_\_  
**FULANO DE TAL**  
Responsável Legal  
CPF XXX.XXX.XXX-XX  
EMPRESA X  
CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX





**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)

( PAPEL TIMBRADO )

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

**REF. CONCORRÊNCIA 003/2023**

Declaramos, sob as penas da Lei, para todos os fins que o licitante não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

**FULANO DE TAL**

Responsável Legal

CPF XXX.XXX.XXX-XX

EMPRESA X

CNPJ XX.XXX.XXX/XXXX-XX

**PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO**

CNPJ: 03.648.540/0001-74

Av. Joaquim P. F. Mendes, 2211 - Centro - Diamantino/MT - CEP 78.400-000

[www.diamantino.mt.gov.br](http://www.diamantino.mt.gov.br)**ANEXO R – MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS****MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS**

ITEM	TIPO	RISCO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	RESPONS.
1	EQUIPE TÉCNICA INSUFICIENTE	CONTRATADO NÃO CONSEGUE ATINGIR OS REQUISITOS DE QUALIDADE PREVISTOS NO PROJETO BÁSICO	ATRASSO NO CRONOGRAMA E AUMENTO DOS CUSTOS	REMUNERAÇÃO DO RISCO	CONTRATADA
				CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO	
2	FALTA DE CAPACIDADE DA EQUIPE TÉCNICA CONTRATADA	CONTRATADO NÃO CONSEGUE ATINGIR OS REQUISITOS DE QUALIDADE PREVISTOS NO PROJETO BÁSICO	RETRABALHOS, ATRASSO NO CRONOGRAMA E AUMENTO DOS CUSTOS	REMUNERAÇÃO DO RISCO	CONTRATADA
				SUBSTITUIÇÃO DA EQUIPE	
3	MODIFICAÇÕES DAS ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇO	A ADMINISTRAÇÃO PODERÁ MODIFICAR ESPECIFICAÇÕES DE SERVIÇO, MODIFICAR OU AMPLIAR O ESCOPO	ATRASSO NO CRONOGRAMA E AUMENTO DOS CUSTOS	Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional)	CONTRATANTE
4	CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	SITUAÇÕES QUE CONFIGUREM CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, COMO SAÍDA DOS FUNCIONÁRIOS, FALECIMENTOS ETC.	ATRASSO NO CRONOGRAMA E AUMENTO DOS CUSTOS	REMUNERAÇÃO DO RISCO	CONTRATADA
5	DEFICIÊNCIA FINANCEIRA	ATRASSO DE PAGAMENTO SUPERIOR A 30 DIAS, INVIABILIZANDO O FLUXO FINANCEIRO DA EMPRESA	ATRASSO NO CRONOGRAMA E AUMENTO DOS CUSTOS	PAGAMENTO DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA	CONTRATANTE